

Brasil não deve cumprir meta de erradicar a pobreza até 2030, afirmam especialistas[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Nos últimos quatro anos, 4,5 milhões de pessoas passaram a integrar essa parcela, deixando o país distante do compromisso firmado com a ONU



Família em sua casa em Jardim Gramacho, no Rio: taxa de pobreza na América Latina afeta centenas de milhões de pessoas, segundo a Cepal Foto: Márcia Foletto / Agência O Globo

RIO — O crescimento da extrema pobreza nos últimos quatro anos, atingindo 13,5 milhões de brasileiros em 2018, deixa o Brasil mais distante de alcançar a meta de erradicar a miséria no país até 2030, na avaliação de especialistas. O compromisso brasileiro foi firmado em 2015 como parte da agenda brasileira dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), organizado pela ONU.

Desde o início da crise econômica, em 2014, 4,5 milhões de brasileiros passaram a integrar essa parcela da população em situação miserável. Ou seja, um aumento de 50% em quatro anos. O movimento interrompeu a queda da extrema pobreza no país, iniciada na última década pelo aumento do crescimento econômico, redução do desemprego e programas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família.

Para analistas, a lenta retomada das condições do mercado de trabalho entre os mais pobres, que são os menos qualificados, e o encolhimento no programa Bolsa Família, com redução do número de beneficiários e falta de reajuste dos valores, deixam o país mais distante de atingir a meta. Eles lembram que o crescimento econômico desigual também pode impactar na trajetória até a erradicação completa.

Segundo cálculos feitos pelo economista **Marcelo Neri**, diretor da FGV Social, se o Brasil crescer 2,5% por ano, sem que a desigualdade aumente, o país voltará ao mesmo patamar de extrema pobreza registrado em 2014. Naquele ano, o país tinha 9 milhões nessas condições.

— O Brasil adotou essa meta de erradicar a pobreza ainda na primeira gestão da Dilma. A meta da ODS era reduzir pela metade, mas o Brasil disse que reduziria 100%. Fomos ousados com relação a isso e, se tivermos muita sorte, voltaremos ao mesmo patamar que estávamos em 2014 — afirma ele, ressaltando que o país reduziu o número de extremamente pobres em 73% entre 1990 e 2015.

Neri lembra que a perda de rendimentos do mais pobres se acentuou desde 2014. Enquanto o 1% mais rico viu os ganhos subirem 9,4% de 2014 a 2018, a renda dos 5% mais pobres caiu 40%. Um dos motivos foi o avanço da informalidade, que reduziu os salários dos trabalhadores mais pobres, com o crescimento da informalidade. Isso explica, na avaliação dos especialistas, o predomínio de mais da metade (56%) dos extremamente miseráveis no Nordeste. Em 2018, de cada 5 trabalhadores, ao menos dois eram informais.

Percentual de brasileiros na extrema pobreza
Em %

2012
5,8
2013
5,1
4,5
2014
2015
4,9
2016
5,8
2017
6,4
2018
6,5

Fonte: IBGE

— O Nordeste tem uma mão de obra menos qualificada que, no momento de crise, é a que tem menos mecanismos de proteção social. No curto prazo, nossa política acaba sendo o Bolsa Família. No longo prazo, temos que pensar numa perspectiva de investimentos na área de educação, saúde e de qualificação de mão de obra — explica Vitor Hugo Miro, pesquisador do Laboratório de Estudos da Pobreza da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Entre a população na extrema pobreza, o rendimento médio em 2018 foi de R\$ 69 por mês. O valor é bem abaixo do padrão definido pelo Banco Mundial para estabelecer o recorte de miseráveis. Pelos critérios da instituição, são considerados extremamente pobres aqueles que vivem com até com até US\$ 1,90 por dia — o equivalente a cerca de R\$ 145 por mês.

Renda: Brasil vive o ciclo mais longo de aumento da desigualdade

Luiz Henrique Paiva, pesquisador do Ipea, ressalta que o cenário de pobreza brasileira pode ser ainda maior, uma vez que a linha de US\$ 1,90 (R\$ 145 mensais) é o padrão para países de renda baixa, como Mali, Malawi e Burkina Faso. Ele afirma que o país poderia adotar uma linha intermediária de US\$ 3,20 ou US\$ 5,50, e que a revisão do valor de R\$ 89 pagos pelo Bolsa Família não é suficiente para retirar a pessoa da extrema miséria pelo padrão internacional.

— Elevar a linha de pobreza ou linha do Bolsa Família poderia ser tecnicamente defensável, pois estão defasadas, mas elevaria o gasto. Sabemos que o governo está num cenário de crise econômica e fiscal. Me parece adequado do ponto de vista técnico, mas precisa ser avaliado do ponto de vista fiscal — afirma.

Segundo projeções feitas pelo IBGE, para colocar essas pessoas em extrema vulnerabilidade dentro da faixa de pobreza, seria necessário um investimento adicional de R\$ 1 bilhão mensalmente ou de R\$ 76 por pessoa por mês. Neste ano, o orçamento do Bolsa Família é de R\$ 29,4 bilhões. Em 2020, o governo reservou R\$ 30 bilhões para o programa. O total destinado não prevê um reajuste no valor do benefício.

País precisa de novo programa

Apesar do reconhecimento do Bolsa Família como programa que tirou milhares de brasileiros da linha da pobreza, especialistas afirmam que o país precisa de novas iniciativas para reduzir a miséria. Nos últimos anos, o programa passou por uma redução no número de famílias beneficiárias — de 14,9% em 2014, ano imediatamente anterior à crise que afetou fortemente o mercado de trabalho brasileiro, para 13,7%, em 2018.

— A participação do Bolsa Família na renda das famílias tem caído lentamente, de 0,8% em 2013 para 0,6% em 2018, e a capacidade de reduzir a desigualdade está se tornando mais limitada. Como ele não tá sendo expandido, pelo contrário, reduzido, não consegue ter um papel efetivo — ressalta Paiva

Como alternativas, Paiva destaca a possibilidade de mudanças nos benefícios sociais, como cortes em benefícios voltados para os brasileiros de maior renda, como o abono salarial e deduções no Imposto de Renda (IR) como contrapartida à ampliação da cobertura do Bolsa Família, que hoje atinge 13,8 milhões de famílias, e a criação de um benefício universal para crianças e adolescentes.

Para Miro, da UFC, é necessário avançar na qualidade da educação, uma vez que a desigualdade de renda é fruto, entre outros fatores, da desigualdade de oportunidades educacionais. Quase 60% dos extremamente pobres não haviam completado o ensino fundamental ou não possuíam instrução

— O crescimento por si só não vai modificar essa situação perversa de pobreza e desigualdade; Se o indivíduo chega sem qualificação é que lá atrás, na infância e na juventude, não teve acesso à educação ou com baixa qualidade. Avançamos no acesso à educação, mas não em qualidade — destaca.

Na avaliação de Neri, é preciso que o governo faça uma opção nas políticas públicas pelos mais pobre, uma vez que essa parcela não é sensibilizada pela melhora do mercado de trabalho. Ele lembra que a melhoria na focalização do Bolsa Família, com realização de pente fino, deixou milhares de brasileiros desassistidos com a redução de beneficiários.

— É preciso fazer uma opção preferencial pelos mais pobres dos pobres. Criamos os bolsões de pobreza e não tratamos disso. Precisamos de política focalizadas. Essas pessoas não estão conectadas ao mercado de trabalho, estão distantes. Toda essa crise favoreceu os mais educados. Combater a pobreza quando os mercados valorizam os mais educados é difícil — conclui Neri.